

5

Tocqueville e os móveis da ação do indivíduo democrático

DOI: <https://doi.org/10.29327/264759.23.39-5>

Felipe Freller¹

Paula Gabriela Mendes. **Do interesse à paixão na política**: uma trajetória filosófica de Alexis de Tocqueville. Curitiba: Appris, 2020.

Fruto de tese de doutorado em Filosofia defendida em 2018 na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o livro *Do interesse à paixão na política: uma trajetória filosófica de Alexis de Tocqueville*, de Paula Gabriela Mendes Lima, publicado em 2020 pela Editora Appris, constitui uma contribuição importante para os estudos sobre o pensador francês Alexis de Tocqueville (1805-1859), autor dos clássicos *A democracia na América* e *O Antigo Regime e a Revolução*. Ao aprofundar um aspecto central, mas que não é sempre o foco de atenção dos pesquisadores da obra do autor francês, Lima abre um caminho promissor para novas investigações sobre essa obra, o que implica a formulação de novas perguntas e de novas perspectivas filosóficas sobre a democracia moderna.

Com efeito, já faz algumas décadas que o pensamento de Tocqueville vem se tornando uma fonte fundamental para a teorização e a problematização da democracia moderna. Lançado ao esquecimento pouco após sua morte, quando a Terceira

1 Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e em “Études politiques (Option Philosophie politique)” pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS). Professor substituto de Ciência Política na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e pesquisador associado ao Centre d’Études Sociologiques et Politiques Raymond Aron (CESPRA-EHESS). Contato: felipe@freller.net. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3874190662505673>.

República Francesa (1870-1940) buscou construir um cânone de referências intelectuais que marginalizasse os autores liberais ligados ao contexto da Restauração e da Monarquia de Julho (Madame de Staël, Benjamin Constant, François Guizot, Alexis de Tocqueville, etc.), o autor de *A democracia na América* é “resgatado” paulatinamente a partir de meados do século XX, quando muitos intelectuais percebem a fecundidade de seu pensamento para pensar a democracia em uma chave “sociológica”, capaz de transcender as abordagens puramente institucionais do regime democrático. Essa chave “sociológica” encontra seu ponto de referência na concepção tocquevilliana da democracia como um estado social caracterizado pela “igualdade de condições”. Em contraste com certo marxismo dominante no meio intelectual até a década de 1970, o qual via nessa “igualdade de condições” simplesmente uma mistificação ideológica da burguesia para ocultar a realidade das desigualdades econômicas e da dominação de classe, os estudiosos que trouxeram à tona o pensamento de Tocqueville ressaltaram que o autor do século XIX não tinha em mente apenas uma igualdade formal superficial, cuja pertinência poderia ser questionada à luz das desigualdades econômicas reais. Pelo contrário, o escritor de *A democracia na América* havia contribuído para iluminar uma realidade muito mais profunda: o fato de as sociedades modernas terem por fundamento, mesmo com suas desigualdades socioeconômicas, um indivíduo que se percebe naturalmente dissociado dos demais, liberado dos vínculos hierárquicos que anteriormente o ligavam a indivíduos de outras classes sociais. No fundo, o grande objeto de Tocqueville, ao tratar a democracia como um estado social marcado pela igualdade de condições, é o *individualismo* moderno, o qual não se dissipa pelas desigualdades de classe. Embora o individualismo moderno fosse um tema recorrente no pensamento político do século XIX, poucos o trataram com a mesma profundidade de Tocqueville e souberam extrair dele tantas consequências políticas, sociológicas e antropológicas.

Pois bem, em uma sociedade formada por indivíduos que perderam vínculos naturais com seus concidadãos, como

aquelas cadeias hierárquicas que formavam a antiga sociedade aristocrática, uma das perguntas que se impõem com força diz respeito à motivação que terão esses indivíduos para se unir e construir uma ação comum na esfera pública. Ora, é justamente essa questão que Paula Lima se propõe a responder, com base na obra de Tocqueville: “o que propulsiona a ação dos homens democráticos modernos na esfera pública, fazendo-os agir também fora da esfera privada?” (p. 21). Em suma, a autora se propõe a investigar quais são, para o pensador francês, os móveis da ação do indivíduo democrático. Como se percebe, essa é uma das questões mais fundamentais sugeridas pelo sistema conceitual tocquevilliano, embora nem todos os comentadores a tenham colocado com a mesma clareza de Lima.

A mesma clareza da questão norteadora se encontra na hipótese de leitura sustentada pela autora: em sua interpretação, são as categorias políticas do interesse e da paixão que “propulsionam a ação política do homem democrático moderno” (p. 21). Mais especificamente, Lima defende que, na trajetória intelectual de Tocqueville, houve uma passagem do interesse para a paixão como móvel principal da ação dos indivíduos democráticos. Nos dois livros que constituem *A democracia na América*, publicados em 1835 e 1840, “o modelo norte-americano de democracia consolidada é posto como um modelo epistemológico para se pensar no interesse como princípio da democracia” (p. 22). Por outro lado, ao escrever os *Souvenirs* (traduzidos no Brasil como *Lembranças de 1848: as jornadas revolucionárias em Paris*), principalmente entre fins de 1850 e início de 1851, Tocqueville teria analisado outro contexto político-social, o francês – caracterizado pela autora como “uma democracia em consolidação” (p. 22). Nesse novo contexto de análise, o móvel principal da ação dos indivíduos democráticos seria outro: não mais o interesse, mas sim a paixão.

Ainda no âmbito da formulação da hipótese, Lima esclarece:

Não há aqui uma defesa da oposição entre a categoria do interesse e da paixão, como se pode observar na célebre obra *As paixões e os interesses*, de Albert O. Hirschman.

Para Tocqueville, uma categoria não exclui a outra, mas há, em determinado contexto, a predominância de uma como princípio da sociedade e como elemento de construção e conservação da democracia (LIMA, 2020, p. 23).

Após formular essa hipótese interpretativa no Capítulo 1 (Introdução), Lima começa o Capítulo 2 (“Alexis de Tocqueville e a filosofia política”) reconstruindo “o posicionamento dos principais intérpretes de Tocqueville que o compreenderam a partir de suas reflexões filosóficas” (p. 31), isto é, que consideraram sua contribuição intelectual como particularmente pertinente para o campo da filosofia política. A autora reconstitui a “redescoberta” intelectual de Tocqueville em meados do século XX, aludida no início desta resenha, e discute as principais interpretações sobre a obra do autor formuladas por filósofos políticos franceses a partir dessa “redescoberta”, com destaque para Raymond Aron, Pierre Manent, Jean-Louis Benoît e Claude Lefort. O livro acerta ao privilegiar o debate com essa recepção de Tocqueville pela filosofia política francesa contemporânea, uma vez que foram esses autores que leram o escritor de *A Democracia na América* à luz de questões próximas à formulada por Lima.

Após essa revisão bibliográfica, a autora reconstrói conceitos fundamentais do pensamento de Tocqueville, como os de estado social, aristocracia, democracia, igualdade e liberdade. No final do Capítulo 2, Lima alude rapidamente a um afastamento do autor estudado em relação à “doutrina política do liberalismo”, uma vez que essa doutrina repousaria a democracia moderna “numa concepção individualista de sociedade”, concebendo-a como “um espaço em que é possível garantir liberdade e direito” (p. 59). Seria interessante se o livro tivesse se aprofundado um pouco mais na relação de Tocqueville com o liberalismo que o precedeu, uma vez que uma das características centrais do liberalismo especificamente francês das gerações anteriores à dele era a crítica implacável da filosofia utilitarista, característica do liberalismo britânico. Voltaremos a esse ponto, uma vez que os capítulos seguintes colocarão em questão justamente a relação de Tocqueville com o utilitarismo.

O Capítulo 3 (“O interesse como princípio da democracia”) tem por objeto o primeiro volume de *A democracia na América*, de 1835. Ele contém uma das contribuições mais originais da obra, na medida em que Lima sistematiza as diferentes dimensões em que o interesse é compreendido por Tocqueville como um princípio norteador da sociedade norte-americana, classificando quatro categorias do conceito de interesse: o interesse particular, o interesse comunal, o interesse nacional e o interesse bem-compreendido. O Capítulo 3 trata das três primeiras categorias, uma vez que são elas que estão presentes na primeira *Democracia na América*. A respeito da primeira categoria, escreve a autora: “É da constituição moral do homem democrático ter como móvel principal da sua ação o interesse particular que pode ser definido como as paixões, os desejos e as necessidades do momento” (p. 67). Lima considera que essa ação segundo o interesse particular corresponde a “agir a partir do princípio da utilidade” (p. 76), o que configura “um agir racional, fundado num cálculo relacionando os reflexos de suas ações e de seus interesses” (p. 76). Justamente por ser racional, não fruto de um egoísmo irrefletido, essa ação segundo o interesse particular percebe a necessidade de uma atuação em conjunto com outros indivíduos, o que leva, no contexto norte-americano, à obediência à lei e a um “patriotismo que nasce das luzes” (p. 75).

Além desse interesse particular ou individual, a autora identifica, na primeira *Democracia na América*, a referência a interesses que são partilhados pelos membros de uma mesma comunidade. Em primeiro lugar, o interesse comunal, partilhado pelos cidadãos de uma mesma comuna, corpo político que, nos Estados Unidos, precede historicamente a própria nação. Na obra de Tocqueville, “o interesse comunal é uma chave central para afastar o egoísmo individual e a supremacia do interesse particular do homem” (p. 87). Em segundo lugar, o interesse nacional, definido como o “interesse da União, enquanto representante da Nação” (p. 89). Para Lima, Tocqueville lê o federalismo estadunidense como uma organização política que permite ao cidadão compreender que, mesmo tendo seu interesse particular como meta, “é útil, em determinados casos, a prevalência do interesse nacional” (p. 94). O

Capítulo 3 termina com um questionamento sobre a pertinência do conceito de “democracia utilitária”, sugerido por Christian Laval em *L'ambition sociologique*, para caracterizar essa democracia americana retratada por Tocqueville em seu livro de 1835, na qual o único móvel poderoso da ação individual é o interesse (seja ele particular, comunal ou nacional). Segundo a autora, será apenas o conceito de interesse bem-compreendido, desenvolvido na segunda *Democracia na América*, que permitirá “demonstrar que a democracia fundada no interesse vai além de uma democracia utilitária” (p. 104).

O objetivo do Capítulo 4 (“Os interesses do homem democrático”) é apresentar as teses de Tocqueville no segundo volume de *A democracia na América*, de 1840. Para Lima, o autor continua considerando o interesse como o principal móvel da ação do indivíduo democrático, mas o enfoque agora “não é no interesse do norte-americano, mas de um homem democrático generalizado” (p. 107). Os interesses desse indivíduo democrático genérico seriam os seguintes: “o interesse por ideias gerais, o interesse pelos prazeres do mundo material, o interesse bem compreendido, o interesse nas relações que se estabelecem entre si e o interesse da sociedade” (p. 107). A parte mais importante do capítulo se refere ao interesse bem-compreendido – como vimos, a noção que permitiria questionar a pertinência do conceito de “democracia utilitária”, proposto por Laval, para pensar a democracia tocquevilliana. A autora sugere que, nesse ponto de sua obra, Tocqueville começa a pensar em termos de um “interesse comum”, distinto do mero “interesse comunal” tratado no Capítulo 3. O interesse comum teria alguma correspondência com o conceito de vontade geral de Jean-Jacques Rousseau, possuindo, portanto, uma universalidade maior do que a do interesse comunal, e essa universalidade apontaria para um “princípio republicano” (p. 84) inerente ao pensamento de Tocqueville.

A doutrina do interesse bem-compreendido seria justamente aquela que permite “compreender o vínculo entre o interesse particular e o interesse comum” (p. 132), levando os indivíduos a buscar o bem comum sem que isso implique o sacrifício de seu

interesse pessoal. Todavia, o mais fundamental parece ser que “a doutrina do interesse bem compreendido é agir conforme seu interesse e ser bom e honesto”, o que a faz ir “além do princípio da utilidade para incluir valores morais” (p. 134). Desse modo, “o interesse bem-compreendido não é uma teoria utilitarista, apesar de ter como uma das suas características o princípio da utilidade” (p. 134).

O Capítulo 5 (“A paixão no processo de consolidação democrática”) é, talvez, o mais interessante e original do livro, na medida em que tem por objeto uma obra menos estudada de Tocqueville, os *Souvenirs*, e aborda essa obra a partir de uma problemática absolutamente instigante e inovadora: o papel das paixões no processo revolucionário por que passa a França em 1848. Segundo Lima, “o que move a ação política na França revolucionária que marcha para a solidificação da democracia é a paixão” (p. 154), o que leva Tocqueville a empregar o vocabulário do interesse de modo apenas secundário, em comparação com os dois livros de *A democracia na América*. Ele continuaria a interpretar o interesse como o alicerce fundante da democracia, mas sua relevância seria menor na França do que nos Estados Unidos, uma vez que seu país natal ainda não era uma democracia consolidada, mas uma sociedade “em processo de transição democrática” (p. 154).

Na reconstrução da autora, Tocqueville usa o vocabulário do interesse somente para caracterizar o comportamento da classe média burguesa que dirigia a França sob a Monarquia de Julho, cujas características se exacerbavam na figura do rei Luís Filipe I, um protótipo do “homem democrático” desprovido de paixões elevadas e voltado apenas para interesses materiais e mesquinhos. Paralelamente, o autor aponta que a massa popular era tomada por uma inquietude que logo se transformaria em paixões revolucionárias. Quando essas paixões levam à insurreição do povo em fevereiro de 1848, a classe média e os atores políticos também passariam a ser guiados por paixões, como a inquietude, a cólera e o medo. Na visão de Lima, esse foco de Tocqueville nas paixões era uma maneira de criticar o processo revolucionário de 1848 e

as teorias socialistas que iam se tornando progressivamente seu fundamento, as quais desviavam o proletariado parisiense do comportamento racional e moderado típico dos norte-americanos:

O homem democrático dos EUA era racional, prudente e moderado. Já a maioria dos homens na França movia-se por paixões e instintos fundados e insuflados por teorias socialistas. É essa a aposta de Tocqueville em relação ao fundamento do estado social francês que estava em transição, marchando para a consolidação democrática (LIMA, 2020, p. 174).

A autora observa que, enquanto as paixões revolucionárias instigadas pelo socialismo ameaçavam os princípios da liberdade individual, os contrarrevolucionários eram movidos por outra paixão nociva, o medo, o qual preparava o ambiente para o futuro golpe de Estado de Luís Napoleão Bonaparte. Em contraste com essa massa popular enfurecida e com essa classe média disposta a sacrificar a liberdade em função do medo, Tocqueville representaria sua própria atuação política e a de seus “amigos”, durante a Segunda República Francesa (1848-1852), como a de “homens de luzes que se movem por interesse e não pelas paixões. Eles compreendem as necessidades do estado social francês da época e são atores capazes de agirem considerando o bem comum” (p. 190). Em suma, o autor se colocaria como um modelo de ator político que age conforme o interesse bem-compreendido, de acordo com o exemplo norte-americano, e em contraste com seus conterrâneos franceses tomados pelas paixões. O Tocqueville pintado por Lima aparece como um grande apologista do racionalismo e da moderação em tempos turbulentos.

Por fim, o Capítulo 6 (Conclusão) sintetiza o percurso do livro e procura demonstrar a existência de um “espectro de possibilidades que se abre a partir das perguntas e investigações realizadas aqui” (p. 208). De fato, como todo bom estudo de filosofia política, o livro de Lima é particularmente valioso pela nova ordem de problemas teóricos levantados, o que abre caminho para novas investigações sobre a obra de Tocqueville que partam

da realizada pela autora. A título de conclusão, proponho dois caminhos investigativos que poderiam aprofundar algumas das descobertas de Lima – em alguns casos, complementando as conclusões da autora; em outros, divergindo levemente delas.

Uma primeira linha de investigação que poderia ser sugerida com base na leitura do livro de Lima diz respeito à relação de Tocqueville com gerações anteriores de liberais franceses que criticaram severamente a filosofia utilitarista, como insinuei nesta resenha ao comentar o final do Capítulo 2. Com efeito, um estudioso como Philippe Chaniel, por exemplo, interpreta as divergências de Tocqueville em relação ao utilitarismo não como um caso isolado, mas, pelo contrário, como o ponto culminante de um “panteão francês do liberalismo antiutilitarista” (CHANIAL, 2001, p. 581; tradução nossa). Cabe destacar, contudo, que, para Madame de Staël e Benjamin Constant, os precursores desse panteão, a crítica do utilitarismo era muito mais radical do que a empreendida por Tocqueville (ao contrário do que sugere certa leitura vulgar de *Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos*, famosa conferência de Constant de 1819). Em reação ao utilitarismo britânico e à filosofia materialista dos *idéologues* franceses (Destutt de Tracy, Pierre Jean Georges Cabanis, Jean-Baptiste Say, etc.), Staël e Constant pregam, no início do século XIX, uma moralidade política fundada na consciência do dever inspirada pelo sentimento religioso, o que os leva à rejeição do interesse como fundamento legítimo da ação moral. No Prefácio do primeiro volume de sua obra *De la religion*, publicado em 1824, Constant se insurge contra “os cálculos exatos, impassíveis, invariáveis do interesse bem-compreendido” (CONSTANT, 1824, p. XX; tradução nossa), atribuindo a fundação do “sistema do interesse bem-compreendido” a Helvétius (CONSTANT, 1824, p. XXXI; tradução nossa), e assimilando-o pura e simplesmente à moral utilitarista. Esse sistema utilitarista deveria ser substituído, para o liberal franco-suíço, por uma disposição ao sacrifício em nome do dever, inspirada por um sentimento religioso íntimo e irredutível ao cálculo racional.

Ora, Lima retrata Tocqueville como um autor que estabelece uma relação mais ambivalente com o utilitarismo: “Concorda-

-se com Laval sobre a utilização de termos no pensamento tocquevilliano que remontam à tradição utilitarista. Mas não se pode afirmar que há a defesa do utilitarismo ou de uma democracia utilitária no pensamento tocquevilliano” (p. 203). Em outras palavras, Tocqueville aparece como um autor que diverge da “ortodoxia” utilitarista, sem, entretanto, criticá-la com a veemência de Staël ou Constant.² Podemos dizer que o autor de *A democracia na América* faz uma espécie de transação conciliadora com o utilitarismo: por um lado, emprega parte de seu vocabulário e sublinha a centralidade do interesse como móvel da ação individual; por outro lado, procura construir, por meio da noção de interesse bem-compreendido que Constant tanto criticara como incompatível com a verdadeira moral, uma ponte entre o interesse pessoal e a busca por uma ação moral e alinhada com o interesse comum. Lucien Jaume chega a sugerir que Tocqueville lamentava, assim como Staël e Constant, a ausência de entusiasmo e de ação moral desinteressada por parte dos indivíduos democráticos modernos, mas sua estratégia de escrita e sua pedagogia política para os séculos democráticos o faziam colocar em segundo plano suas convicções pessoais (JAUME, 2008, p. 187).

De todo modo, apenas uma investigação mais aprofundada sobre a relação de Tocqueville com o que Chaniel chama de “panteão francês do liberalismo antiutilitarista” nos permitiria compreender plenamente essa necessidade, sentida por autores liberais de meados do século XIX, de conciliar a linguagem utilitarista dos interesses com outros valores morais. É curioso notar que, na mesma época em que Tocqueville procurava conciliar o utilitarismo com uma vertente do liberalismo francês que o havia recusado integralmente, John Stuart Mill, filho de um dos fundadores do utilitarismo, buscava integrar a essa filosofia prazeres de uma natureza mais elevada do que os imaginados por James Mill (seu pai) e Jeremy Bentham. Em suma, se, no início do século XIX, o liberalismo estava “rachado” entre utilitaristas britânicos (James Mill e Bentham) e antiutilitaristas

2 Sobre o afastamento de Tocqueville em relação a Madame de Staël e sua moral do devotamento e do entusiasmo, ver: NICOLETE, 2012, p. 70.

franceses (Staël e Constant), Tocqueville e Stuart Mill pertencem a uma geração que procurou conciliar de algum modo, não sem certa tensão, as duas tendências.

A segunda linha de investigação que poderia ser aberta pelo livro de Lima se refere à visão que Tocqueville tinha sobre o socialismo e as paixões suscitadas por ele, bem como sua relação com o fenômeno geral da democracia. Como vimos, a autora sugere que os *Souvenirs* retratam o socialismo como uma doutrina política inspiradora de paixões características de uma sociedade que ainda não é plenamente democrática, mas está em transição para a democracia. Ora, seria interessante lembrar que, desde a introdução da primeira *Democracia na América*, Tocqueville coloca a insurgência popular contra os burgueses e os ricos como um passo necessário do movimento da democracia em direção a cada vez mais igualdade: “Alguém acredita que, depois de ter destruído o feudalismo e vencido os reis, a democracia recuará diante dos burgueses e dos ricos?” (TOCQUEVILLE, 2005, p. 11). Ou seja, desde 1835, o autor concebe a ameaça de uma revolução socialista, não como um aspecto da transição para a democracia, mas como um traço latente do próprio estado social democrático, o qual suscita nos indivíduos o desejo por cada vez mais igualdade. Portanto, o socialismo não é uma manifestação da *transição* para a democracia, mas um projeto de *aprofundamento* do igualitarismo democrático: um projeto que ganha força justamente no momento em que a democracia já está consolidada, de modo que desigualdades que antes pareciam naturais começam a ser percebidas como ilegítimas.

É verdade que, na segunda *Democracia na América*, Tocqueville escreve um capítulo (Capítulo XXI da Terceira Parte: “Por que as grandes revoluções serão raras”) para argumentar que “não apenas os homens das democracias não desejam naturalmente as revoluções, mas as temem” (TOCQUEVILLE, 2004, p. 317). Em 1840, o autor se afligia mais com o imobilismo das sociedades democráticas do que com sua propensão a novas revoluções violentas. Porém, essa percepção começa a mudar no fim da Monarquia de Julho, como atesta um trecho de um pequeno texto escrito por Tocqueville em 1847, transcrito nos

Souvenirs: nesse texto, o autor volta a levar a sério a possibilidade de o movimento democrático se insurgir contra o direito de propriedade, pois ele se tornou “o último remanescente de um mundo aristocrático destruído, o único a se manter de pé, privilégio isolado em meio a uma sociedade nivelada, sem a cobertura dos muitos outros direitos mais contestados e mais odiados” (TOCQUEVILLE, 2011, p. 50).

Assim, a relação que Tocqueville estabelece entre o estado social democrático e o socialismo mereceria um maior aprofundamento. O livro de Lima contribui bastante para essa possível linha de investigação, uma vez que inicia um estudo sobre a maneira como o autor francês leu as teorias socialistas (inclusive com um comentário sugestivo sobre o papel das paixões no socialismo utópico de Charles Fourier). É preciso que novas pesquisas ampliem essa investigação inicial, estudando a visão de Tocqueville sobre o socialismo como uma parte importante de sua teoria da democracia, a qual envolve complexidades, sutilezas e eventualmente contradições, mas que não se reduz a uma reação conservadora contra o movimento socialista movida pela posição de classe privilegiada do autor, como parece sugerir a maioria das interpretações.

Por fim, é preciso assinalar que essa investigação sobre a relação de Tocqueville com o socialismo precisaria envolver o estudo de *O Antigo Regime e a Revolução*, obra que Lima optou por não incluir em seu livro, para se concentrar apenas nas considerações do autor sobre as sociedades democráticas posteriores à Revolução Francesa (p. 165, nota 386). Essa escolha pode se justificar, mas o livro de 1856 contém elementos importantes para compreender o desenvolvimento das paixões políticas que se manifestariam na França de 1848, inclusive as paixões socialistas. Um dos objetivos de Tocqueville, em *O Antigo Regime e a Revolução*, é justamente entender como surgiram esses “revolucionários de uma espécie desconhecida, que levaram a audácia até a loucura, que nenhuma novidade pôde surpreender, nenhum escrúpulo pôde moderar e que nunca hesitaram ante a execução de um desígnio” – uma linhagem revolucionária “que se perpetuou e se espalhou em todas as partes civilizadas

da Terra, que em toda parte conservou a mesma fisionomia, as mesmas paixões, o mesmo caráter. Encontramo-la no mundo ao nascermos; ainda está ante nossos olhos” (TOCQUEVILLE, 2009, p. 173-174).

Por aquilo que Paula Lima desenvolve e por aquilo que ela abre para futuras investigações, seu livro merece ser lido pelo maior público possível, de leigos a especialistas na obra de Tocqueville. O que está em jogo não é nada menos do que as potencialidades e os perigos políticos dos interesses e das paixões.

Referências

CHANIAL, Philippe. Les libéralismes français anti-utilitaristes: G. de Staël (1766-1817), B. Constant (1767-1830) et A. de Tocqueville (1805-1859). In: CAILLÉ, Alain; LAZZERI, Christian; SENELLART, Michel (orgs.). **Histoire raisonnée de la philosophie morale et politique**. Paris: La Découverte, 2001. p. 574-582.

CONSTANT, Benjamin. **De la religion, considérée dans sa source, ses formes et ses développements**. Paris: Firmin Didot, 1824. Tome I

JAUME, Lucien. **Tocqueville: les sources aristocratiques de la liberté**. Paris: Fayard, 2008.

NICOLETE, Roberta K. Soromenho. **Quando a política caminha na escuridão: um estudo sobre interesse e virtude n’A Democracia na América** de Tocqueville. 2012. 108 f. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. Livro II: Sentimentos e opiniões. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. Livro I: Leis e costumes. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **O antigo regime e a revolução**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Lembranças de 1848: as jornadas revolucionárias em Paris**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Como publicar nos *Cadernos da Escola do Legislativo*

1 – Publicamos estudos de natureza analítica, preferencialmente inéditos, sobre temas de interesse do Poder Legislativo, do Estado e da sociedade, nas áreas de Direito, Administração Pública, Ciência Política, História Política, Políticas Públicas, Economia, Orçamento Público e afins.

2 – Além de estudos monográficos, aceitam-se traduções ou resenhas. A responsabilidade pelos artigos publicados é exclusiva dos autores. Se for o caso, o autor deverá tomar as providências necessárias no sentido de obter permissão para a publicação ou o uso de qualquer material eventualmente protegido por direitos autorais.

3 – O texto recebido será avaliado por parecerista *ad hoc*, especialista na área do tema abordado, observando-se os critérios de densidade e adequação aos objetivos da publicação. O parecerista poderá sugerir modificações formais ou de conteúdo, ou opinar pela não publicação, caso em que a decisão será comunicada ao autor.

4 – Devem acompanhar o texto informações acadêmicas e profissionais sobre o autor (titulação acadêmica, atividade profissional, vínculo institucional e informações para contato).

Para mais informações, acesse: <https://cadernosdolegislativo.almg.gov.br/seer/index.php/cadernos-ele/about/submissions#onlineSubmissions>

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores.

Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Escola do Legislativo

Av. Olegário Maciel, 2.161 – Belo Horizonte – MG – 30180-112

Tel.: (31) 2108-3400

E-mail do editor: nepel@almg.gov.br

E-mail da Escola do Legislativo: escola@almg.gov.br